

Horto Botânico de *Villa Rica*: algumas considerações sobre um espaço das ciências nos sertões do ouro

Márcio Mota Pereira

Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Em 1799, com a criação do Horto Botânico de Villa Rica, a Coroa portuguesa dava mais um passo para que as Luzes se consolidassem nos sertões das Minas do Ouro. Entretanto, não apenas o caráter científico orientava aquele espaço botânico. Outras funções, talvez mais importantes aos olhos do Estado luso eram a aclimação vegetal e difusão de novas culturas agrícolas que poderiam, em curto prazo, reanimar a economia da Capitania de Minas Gerais. Entre continuidades e descontinuidades, pouco mais de duzentos anos se passaram desde sua fundação e, no entanto, essa instituição ainda continua pouco conhecida em nossa historiografia, razão pela qual este artigo busca resgatá-la e inseri-la nos discursos acadêmicos.

Palavras-chave: Horto e Jardim Botânico, história das ciências, Villa Rica, Joaquim Veloso de Miranda.

Horto Botânico de Villa Rica: algumas considerações sobre um espaço das ciências nos sertões do ouro¹

Márcio Mota Pereira

Introdução:

As ciências relacionadas à natureza, sobretudo a mineralogia e a botânica, passaram a receber uma maior atenção por parte do governo português, sobretudo na segunda metade do século Setecentista. Tal arranjo, cuidadosamente organizado pela Coroa representada na pessoa do Marquês de Pombal, mantinha as ávidas características da imposição de mudanças que pudessem retratar a estabilidade econômica em todos os domínios lusos.

Pombal acreditava que, através das ciências, poderia reestruturar o Estado português, tornando-o moderno, coerente com o espírito das Luzes e análogo às outras Nações europeias. A laicização e reorganização da Universidade de Coimbra, a criação de novos cursos, a contratação de professores estrangeiros, a abertura de instituições

¹ A pesquisa que resultou neste texto conta com a orientação da Profa. Dra. Júnia Ferreira Furtado e com financiamento do CNPq.

voltadas à pesquisa e a formação de uma elite intelectual luso-brasileira eram as apostas de Pombal para recolocar a Nação ibérica no caminho do desenvolvimento. Data, pois, deste período, o Real Jardim Botânico (posteriormente Jardim Botânico da Ajuda), criado em 1768 e que seria a instituição centralizadora de uma quantidade impar de remessas de produtos naturais dos três Reinos da natureza, oriundas de quase todas as Colônias do Reino.

A partir deste novo Real Jardim Botânico, Portugal estruturou até o fim da primeira década do século posterior uma grande rede de coleta e catalogação de espécimes da natureza, os quais eram responsáveis pelo direto abastecimento deste jardim e de inúmeros outros de menor porte, muitos dedicados ao ato contemplativo das elites e alguns outros mais preocupados com o desenvolvimento agrícola da Metrópole e das Colônias. Uma vez estruturado e em atividade, o Real Jardim Botânico viria a substituir os antigos Gabinetes de Curiosidades que, apesar de reunirem os mesmos produtos, o faziam de forma desordenada, privilegiando o que era excêntrico e exótico em detrimento do conhecimento científico passível de ser extraído dos mesmos.

Enfim, apenas no final do século Setecentista os portugueses se atentaram para as vantagens que tais espaços poderiam representar para a Coroa e para as Colônias. Na América portuguesa, a primeira experiência de criação dessa qualidade de instituição era destinada, sobretudo, à aclimação e à permuta de espécies botânicas, e se deu no Estado do Grão Pará, através da criação do Jardim Botânico de Belém, em 1798.² Lisboa, que até então mantinha sempre seus olhos voltados ao Rio de Janeiro, aos poucos ia descobrindo as possibilidades que a selva amazônica poderia dispor ao Reino. Convém lembrar que um dos principais responsáveis (se não o principal) pela integração da região à totalidade da Colônia foi o naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, pelos motivos que são conhecidos e que fizeram do mesmo o principal naturalista de origem luso-brasileira.

Na sequência, outros hortos e jardins seriam criados, como os de Vila Rica, no ano de 1799; do Rio de Janeiro, em 1808; e o de Olinda, em 1811. Segundo Sanjad, entre 1798 e 1802 novas cartas e autorizações para a “abertura de outros jardins botânicos foram expedidas para São Paulo, Salvador, Goiás e São Luís” sendo que estes

² Um espaço público destinado à contemplação de espécies botânicas foi criado no Recife durante o período da segunda invasão holandesa, tendo funcionado de 1635 até 1644. No entanto, ainda que tenha recebido diversas espécies de outros territórios holandeses, sua principal função era a de realizar a aclimação de espécies do continente americano que seriam posteriormente enviadas para a Holanda onde enriqueceria os jardins daquele Reino.

novos espaços deveriam ser “similares ao do Pará, considerado, então, um horto ‘econômico’ e ‘muito produtivo’”.³ Destes, alguns foram criados, mas por motivos diversos as administrações locais não conseguiram mantê-los em funcionamento.

A diferença, quase nula, de poucos meses ou anos entre a criação destas instituições refletia o quanto Portugal se atentara, com alguns anos de atraso, para as vantagens que o mundo natural poderia oferecer para a economia do Reino, até então cambaleante economicamente desde a queda da produção aurífera. Para a Nação lusa, o objetivo principal dos novos hortos botânicos era atuar no aproveitamento dos recursos naturais das colônias em favor do desenvolvimento econômico do reino.

De todos os jardins da América portuguesa, o do Rio de Janeiro foi o único que perdurou efetivamente ao longo dos anos sendo sua localização, na nova sede do Reino, e a predileção da Corte por tais espaços enquanto ambiente contemplativo os principais motivos dessa continuidade. Os outros jardins, situados nos confins do Brasil, foram sendo abandonados ao longo dos anos, seja pela reorientação das ações econômicas ou mesmo pelo descaso das autoridades regionais.

É, pois, nossa intenção através deste artigo, trazer à luz da história das ciências o Horto Botânico (anos depois reinaugurado enquanto jardim) de Villa Rica, assim como verificar as atividades por ele desempenhadas durante os recortes temporais em que esteve ativo.

Em novembro de 1798, um Ofício vindo de Lisboa enviava orientações para que na Capitania de Minas Gerais fosse erigido

*“com a menor despeza q. for possível, hum Jardim Botânico semelhante ao do Pará, em que se cultivem todas as Plantas assim indígenas, como exóticas, com q. particularm.te. se cuide em propagar de sementes as Arvores q. são madeiras de Construção p^a. depois se semear em nas mattas reaes”.*⁴

A resposta da Capitania não tardou. Em maio de 1799, o Governador Bernardo José de Lorena informava a dom Rodrigo de Sousa Coutinho, Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarino, que já tinha encontrado um “*lugar excelente*” para o estabelecimento de um jardim botânico. Dispunha, para tal empreendimento, de “*casas e terrenos do Ten. Cel. Jose Pereira Marques, devedor ainda de grande quantia a Real Fazenda pelo conserto das estradas que teve arrematado*”, terras estas muito bem

³ SANJAD, Nelson. “Os jardins botânicos luso-brasileiros”. In: *Revista Ciência e Cultura*, vol. 62, n° 1, 2010.

⁴ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Secretaria Governo da Capitania, Seção Colonial - SC 269. Livro de Registro de Cartas, Ordens Régias e Avisos. 1795-1802, p. 27.

localizadas em Villa Rica, ao lado da Casa dos Contos, às margens do córrego homônimo.

No mesmo Ofício, Bernardo informava ainda que já tinha um responsável pela condução do novo empreendimento. Era o doutor Joaquim Veloso de Miranda que, por sua vez, solicitava um auxiliar, propondo pata tal cargo seu amigo, o também naturalista e médico Luiz Jose de Godoy Torres, o qual receberia um “*ordenado de 200 mil reis por ano*”.⁵

Um ano depois, a resposta a este Ofício chegou, vinda de Lisboa. Além dos elogios e da aprovação de Sua Alteza Real, vinha este carregado de recomendações como “*a maior economia no mesmo Estabelecimento*” e o empenho em realizar em suas dependências a aclimatação de “*especiarias, como, o Cravo da India, a Canella, a Pimenta, a Arvore Pão, e para mostrar o modo de cultivar debaixo de verdadeiros princípios (...) a mandioca, que na maior parte do Brazil*” se cultivava “*destruindo Mattas preciosas por meio de cruéis, e devastadores fogos.*”⁶

Apesar do Decreto autorizando o seu funcionamento ter sido expedido em 1799, as ações responsáveis para que o mesmo fosse construído em Villa Rica e não em outra vila mineira eram bem anteriores e remetiam às atividades de pesquisa do naturalista Joaquim Veloso de Miranda por aquela Capitania.

Desde 1786, doutor Veloso percorria os sertões da Capitania realizando pesquisas à procura de novas espécies botânicas de interesse da farmacopeia e recolhendo outras mais curiosas, exóticas ou mesmo passíveis de serem utilizadas na agricultura e na indústria e que seriam enviadas aos jardins da Metrópole e também às outras colônias.

Natural do arraial do Inficionado, formado clérigo pelo Seminário de Mariana e Doutor em Filosofia pela Universidade de Coimbra, Veloso de Miranda retornou de Portugal em 1779 para atuar enquanto naturalista a serviço da Coroa portuguesa no Brasil. Seu recorte geográfico de atuação era a região no entorno da principal vila da Capitania, onde deveria desenvolver pesquisas em botânica e em melhorias para a prática da agricultura. Aos poucos, atendendo solicitações do Estado, foi ampliando seu leque de pesquisas, dedicando-se também à mineralogia, sobretudo o estudo das

⁵ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Secretaria Governo da Capitania, Seção Colonial - SC 276. Livro de Registro de Ofícios do Governador às Secretarias de Estado, (1799), p. 44-44v.

⁶ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Secretaria Governo da Capitania, Seção Colonial - SC 290. Originais de Cartas Régias e Avisos, (1800), p. 62-62v,

nitreiras e do fabrico de pólvora, chegando a realizar algumas destas pesquisas nos sertões do Abaeté e do rio São Francisco.

As pesquisas desenvolvidas pelo doutor Veloso de Miranda desde seu retorno de Portugal seriam decisivas para a criação do jardim botânico vilariquense. Um cálculo de despesas elaborado em 1806 pela Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais enquanto prestação de contas da *remessa de plantas e outros produtos* naturais e com o *estabelecimento de hum Jardim Botânico* naquela vila incorporava enquanto despesas realizadas em sua efetiva concepção os valores utilizados desde o ano de 1786 pelo doutor Veloso, ou seja, 13 anos antes da efetiva criação do horto.

A partir de 1799, as despesas do horto que anteriormente estavam restritas às atividades de Veloso de Miranda passam a congregar com aquelas decorrentes da contratação de outros naturalistas como Francisco José da Silveira, em 1800; e de José Vieira Couto, entre os anos 1800 e 1805.⁷ Também a partir de 1799 as despesas do horto passam a assumir características que condizem com as pesquisas que ali deveriam ser realizadas como se pode verificar através da aquisição de vários itens de laboratório como tachos de cobre, livros e outros itens diversos, a maioria não nomeados.⁸ A melhoria das instalações também pode ser constatada através da realização de alguns trabalhos de melhoria que podem ser representadas pelos *jornaes de Obras* nos anos de 1803 e 1804.⁹ E mesmo após o estabelecimento do horto, os gastos com transporte e remessas de produtos para o Reino não cessaram, demonstrando o constante fluxo de produtos naturais da Colônia para o Reino.

Poucos meses depois de inaugurado, o governador Bernardo remetia para Lisboa um Ofício com o qual dava ciência ao Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarino acerca do andamento da nova instalação.¹⁰ Anexo a este Ofício, acompanhava uma planta do novo horto botânico, riscada por Manuel Ribeiro Guimarães. Ainda segundo Bernardo, quando de sua inauguração o horto já contava

⁷ Ignorada a atuação de Francisco José da Silveira, ainda à margem da história das ciências luso-brasileiras, os naturalistas José Vieira Couto e Joaquim Veloso de Miranda mantinham vínculos com o Horto Botânico de Vila Rica apesar de frequentemente ausentarem-se para pesquisas. Veloso de Miranda, devido às atividades políticas de Secretário da Capitania, desenvolvidas entre os anos 1799 e 1801, mantinha-se por mais tempo na cabeça da Capitania, apesar das constantes ausências. Já Vieira Couto, que concentrava suas pesquisas minerais, sobretudo no Serro e no Tejuco, provavelmente pouco aparecia em Vila Rica.

⁸ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Fundo Casa dos Contos. Caixa 18, Rolo 506, documento 10367. Lista do cálculo da despesa da Real Fazenda com a exploração e estabelecimento do Jardim botânico de Ouro Preto.

⁹ *Ídem*.

¹⁰ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO-ACL-N-Minas Gerais, Número do Catálogo 11495, Caixa 153, doc. 36, Código 14236, 1800.

com *quinhentas Plantas, pouco mais ou menos* e que eram conservadas *com todo o aceio*. Bernardo informava ainda que *os trabalhos do Dor. Velozo com as Nitreiras não tem* [teriam] *dado lugar a descrição botânica das plantas*.¹¹ Apesar do *status* que as ciências naturais relacionadas à botânica e à agricultura adquiriram naquele momento, a pesquisa em outras áreas do conhecimento também eram vistas como prioridades pela Coroa, a exemplo das pesquisas minerais com o ferro ou o salitre, e do necessário aumento da produção de pólvora.

Através de uma sucinta análise visual da planta do horto de Vila Rica podemos visualizar sete patamares, estrategicamente localizados ao lado da Casa dos Contos e à vista dos passantes pela rua de São José, nos quais estariam localizados os jardins principais, ornados de chafarizes e com áreas de passagens calçadas, todos com geométricos canteiros onde deveriam ser cultivadas, sobretudo, plantas ornamentais. Nos fundos do terreno, avançando sobre a encosta do Palácio dos Bispos, outra área era destinada ao cultivo de espécies de grande porte, provavelmente árvores frutíferas e utilitárias. Segundo Carrato, a estrutura do horto teria sido *planejada pelo doutor Veloso de Miranda*,¹² que era, inclusive, residente a poucos metros de seu novo empreendimento, em um sobrado em frente à Casa dos Contos.

Presume-se que uma das primeiras atividades realizadas pelo doutor Veloso no novo horto tenha sido uma pesquisa sobre espécies vegetais passíveis de serem utilizadas para a produção de papéis, tudo de acordo com as recomendações enviadas de Lisboa em abril de 1799.¹³ Feitas algumas observações teóricas e práticas, em outubro do ano seguinte Bernardo responderia que *apesar de se encontrarem aqui plantas e arvores próprias para se fabricar papel, estas existem muito espalhadas, em lugares remotos, que faria grande a despeza, para se ajundar grande e sufficiente porção, e ainda maior para se fazer uma plantação própria*. Acompanhavam, em anexo a esta negação, várias amostras sobre o assunto, não tendo sendo especificado se exemplares vegetais ou mesmo do produto final, e algumas observações do doutor Veloso.¹⁴ Posteriormente, outras remessas de *embiras* versando sobre este mesmo assunto seriam enviadas, acompanhadas de outra relação assinada pelo referido naturalista.¹⁵

¹¹ *Ídem*.

¹² CARRATO, José Ferreira. Uma casa portuguesa com horta e jardim, nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista de Guimarães [on line]*, Guimarães, 81, 1971, p. 120.

¹³ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Secretaria Governo da Capitania, Seção Colonial - SC 269, Rolo 59, Gav. G-4, Registros de Cartas, Ordens Régias e Avisos (1795-1802), ano 1800, p. 30v.

¹⁴ *Ídem*, p. 70v.

¹⁵ *Ídem*, p. 79v.

Apesar da zelosa administração com que doutor Veloso conduzia o horto, mais constantes foram as ordens para que o mesmo realizasse viagens aos sertões do Abaeté e do Rio São Francisco onde deveria realizar pesquisas novas pesquisas minerais. Ciente de que os novos encargos poderiam ser lesivos à administração do novo empreendimento, sabiamente declarou que o aumento de suas atribuições e as *necessárias ausências* [seriam] *seguram.te. prejudiciais ao progresso do mesmo Jardim, não havendo quem faça as minhas vezes.*¹⁶

Na tentativa de abrandar tal prejuízo, o naturalista fez nova representação ao Governador da Capitania solicitando que seu auxiliar, o doutor Godoy Torres, fosse seu substituto na administração do referido horto quando necessário uma vez que, segundo Veloso, ele concorria com *as qualidades necessárias p^a. a ocupação de meu Ajudante no sobredito exercício.*¹⁷

Aparentemente, as atividades de pesquisa do doutor Veloso vincularam-se mais às remessas que fez em detrimento das que recebeu, pelo menos no período anterior à criação do horto e a partir de sua inauguração. Tal suposição pode ser justificada, *à priori*, pela volumosa quantidade de pedidos e solicitações nas quais estavam listadas desde *bellas, e cheirozas Flores*¹⁸ até espécies da fauna local, como *Aves Indígenas dessa Capitania (...)* *a fim de povoarem os Viveiros da Real Quinta de Belem;*¹⁹ ou mesmo *huma Coleção de Sementes de todas as Plantas da Capitania que deveriam ser dirigidas ao Director do Jardim Botanico da Ajuda com o Seu Catalogo*, além de outra cópia do mesmo, que seria *dirigida pelo Real Erario para ser presente a sua Alteza Real.*²⁰

Apenas na virada do século, mais precisamente em 1801, poderemos verificar o quadro de permutas que caracterizava a existência de tais espaços físicos. Além do constante envio de remessas para Portugal, o horto de Vila Rica começava a receber seus primeiros encargos e responsabilidades vindos da Metrópole como, por exemplo,

¹⁶ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Secretaria Governo da Capitania, Seção Colonial - SC 283, Rolo 59, Gav. G-4, Originais de Cartas Régias e Avisos (1798), p. 92 – 93v.

¹⁷ *Ídem*, p. 92 – 93v.

¹⁸ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Secretaria Governo da Capitania, Seção Colonial - SC 290. Originais de Cartas Régias e Avisos, (1800), p. 179.

¹⁹ *Ídem*, p. 184. Enquanto horto botânico, não era responsabilidade daquela instituição realizar remessas de exemplares animais para a Europa, atividade esta que estaria destinada à ação isolada de naturalistas. No entanto, é bem provável que tal ordem fora imputada ao doutor Veloso quando observamos que dentre as várias remessas que este naturalista fez à Europa uma era dedicada apenas à ornitologia. ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO-ACL-N-Minas Gerais, Número do Catálogo 9950, Caixa 126, Doc. 48, Código 10077, 1787, fl. 1.

²⁰ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Secretaria Governo da Capitania, Seção Colonial - SC 290... p. 183.

algumas sementes de sândalo, que delas deveria se *encarregar o Naturalista Joachim Vellozo de Miranda* de que deveriam ser plantadas no horto da Capital e também distribuídos a quem soubesse aproveitá-las da melhor forma.²¹

Tendo o doutor Veloso demonstrado desde a década de 1780 destacável interesse pelas atividades que lhe eram atribuídas e gozando ainda de certo prestígio frente a dom Rodrigo, não tardou para que um cargo na esfera política e administrativa lhe fosse oferecido. Tal indicação aconteceu em 1798, quando da nomeação de Veloso de Miranda para o cargo de Secretário do Governo da Capitania de Minas Gerais no qual deveria servir *por tempo de trez annos ou mais*, de acordo com a vontade da Rainha.²²

Mesmo já tendo assegurado que a acumulação de funções poderia trazer prejuízo a todas e não somente a uma delas, em 1799 o naturalista assumiu o cargo de Secretário de Governo, não deixando de agradecer sua investidura perante a *Generosa Protecção*.²³ Joaquim era, certamente, ciente de que a Universidade de Coimbra não lhe conferia apenas o título e as atribuições acadêmicas de um filósofo e pesquisador naturalista, mas também a formação adequada para que em um momento oportuno viesse a desempenhar alguma das inúmeras atividades administrativas reinóis. Recusar tal cargo talvez estivesse fora de questão pois poderia trazer o desgosto de Lisboa e do próprio governador da Capitania, sempre disposto a auxiliá-lo no que necessário para seus empreendimentos filosóficos.

Por fim, o novo cargo não representaria o completo afastamento do doutor Veloso do horto e Lisboa era a maior interessada que o naturalista desse continuidade a seus estudos. A decisão régia que o empossou recomendava a manutenção das atividades do naturalista que deveria ficar *obrigado a continuar os mesmos trabalhos de História Natural*, apesar da nova investidura.²⁴ Certamente, a economia das despesas

²¹ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Secretaria Governo da Capitania, Seção Colonial - SC 295. Originais de Cartas Régias e Avisos, (1801), p. 228.

²² ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Secretaria Governo da Capitania, Seção Colonial - SC 283, Originais de Cartas Régias e Avisos (1798), Ordens e Portarias do Governador a Diversas autoridades da Capitania (1797-1809), p. 30-31.

²³ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO-ACL-N-Minas Gerais, Número do Catálogo 10899, Caixa 143, Doc. 67, Código 10968. Vila Rica, 1799, fl.1.

²⁴ BOSCHI, Caio. *Exercícios de Pesquisa histórica*. Belo Horizonte, Editora PUC Minas, 2011, p. 95, apud AHU – Secretaria do Conselho Ultramarino – Cód. 610, fl. 201v.

decorrentes da manutenção de um profissional em dois cargos distintos também era um atrativo para que tal situação perdurasse.²⁵

Inicialmente, podemos imaginar que a dedicação que o naturalista investia na administração daquela instituição sofreu uma drástica queda. Como dissemos, o próprio doutor Veloso tinha consciência de que não só seu afastamento, mas também a divisão de suas atenções em duas ou mais responsabilidades traria resultados negativos para todas elas. No entanto, verifica-se que o novo burocrata não deixou de cumprir as recomendações de Lisboa, ainda que tenha delegado por muitas vezes a seus auxiliares grande parte de suas responsabilidades naquela Secretaria.²⁶

Se por um lado o novo cargo de Secretário tolhia relativa parte do tempo que anteriormente o naturalista dedicava ao horto e às suas observações filosóficas; pelo outro, Joaquim soube tomar partido da nova função administrativa para dar continuidade às suas atividades de pesquisa. Munido de sua nova autoridade, utilizou do cargo que agora detinha em favor de seu viés científico.

Logo ao assumir a Secretaria, doutor Veloso tratou de enviar através de João Varella da Fonseca e Cunha, professor Régio da Villa de São José del-Rei, ao senhor Gonçalo Teixeira de Carvalho, Capitão Mor da Villa de São João del-Rei *uma porção de sementes de linho canário* que deveriam ser distribuídas *por quem melhor q. as tiver para a agricultura.*²⁷

Em 1801, a pedido do Governador, seguidas foram as cartas e Ofícios que o Secretário do governo enviou às diversas vilas da Capitania solicitando exemplares botânicos. Os Ofícios, além de exporem a justificativa, continham em anexo listas de plantas, as quais deveriam ser remetidas ao Jardim Botânico de Villa Rica. Se por um lado doutor Veloso prezava que os condutores deveriam conduzir as encomendas através de pequenas remessas de modo que chegassem *vivas e bem acondicionadas*, igualmente solicitava moderação para que não fossem embaraçados seus negócios.

Em fevereiro daquele mesmo ano, ao Capitão Mor Antônio Álvares Pereira, do termo de Mariana, solicitou bromélias de Passagem [de Mariana]; amendoins, de Mariana; tamarindos, da vila de Piranga e várias plantas *ornamentaes* e bromélias de

²⁵ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO-ACL-N-Minas Gerais, Número do Catálogo 10899, Caixa 143, Doc. 68, Código 10979. Vila Rica, 1797, fl.6.

²⁶ BOSCHI, Caio. *Exercícios de Pesquisa histórica...* p. 93-95.

²⁷ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Secretaria Governo da Capitania, Seção Colonial - SC 279, Registros de Cartas, Ordens e Portarias do Governador a Diversas autoridades da Capitania. 1797-1809, p. 27v.

todas as qualidades, além de palmitos, ameixas, pitangas, *araticus* e araribás.²⁸ Constavam, ainda, neste Ofício, as instruções que deveriam ser rigorosamente seguidas quando do transporte:

“Recolhidas os [...] e mais raízes em barro feito de terra vermelha e agoa, isso [...] aquele [...] pedaços e folha de bananeira secas e se atem com uma embira. Arranjado assim os [...] forrados com as ditas folhas de bananeira secas borrifadas com agoa. Haverá o cuidado de se recomendar aos conductores que ponham em exceção essa regra todos os dias a lhes serem as plantas recolhidas ao Real Jardim Botânico. Devem ainda cada umas das espécies pedidas 10 até 12 pés.”²⁹

Sequencialmente, outras cartas foram enviadas para outras vilas da Capitania. Ao Intendente da vila do Sabará, Francisco de Paula Beltrão, foram solicitados jenipapos, mangabas, *romans*, frutos do *coqueiro chamado de macaúbas*, cajá manteiga, caju e goiabas de todas as qualidades. Ao Capitão Florindo Guedes Pinto de Souza Carvalho, Comandante da vila de Paracatu, foram pedidas atas, frutas do conde, *ambu* (umbu) e frutos do *coqueiro chamado gurimba*. Ao Sargento Mor Thomaz Joaquim de Almeida, da vila de Campanha; mangas, frutos de castanheiras e nogueiras, amêndoas de pequi, *romans*, caju, *grumexamas* e laranjeiras compunham a lista.³⁰ Acompanhavam todos estes ofícios as mesmas recomendações para o transporte especializado que transcrevemos anteriormente.

Apesar de constarem nos Ofícios que tais pedidos provinham diretamente da mesa do Governador, entende-se que nem todos foram prontamente atendidos. Mostrando certa impaciência, em julho de 1801, o doutor Veloso escrevia novamente ao Capitão Mor do Termo de Mariana solicitando as plantas em questão haja vista que, segundo suas palavras, *athé o prezente nada tem aqui* [no Jardim Botânico] *aparecido*.³¹

Em abril de 1802, uma nova série de solicitações seriam expedidas por Bernardo para as vilas de Sabará, do *Indayá* e de São João del-Rei, de onde deveriam ser *tirados dos matos daqueles distritos e paragens* e remetidos à Villa Rica frutos, cascas, mudas ou sementes de quina, *sassafrão*, óleos e frutos de *copaúba*, jatobás, jambos, pitangas, *salsa parilha*, pau terra, *articuns*, pequis, jaboticabas, mangabas e mudas de angelim. O

²⁸ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Secretaria Governo da Capitania, Seção Colonial - SC 279, Registros de Cartas, Ordens e Portarias do Governador a Diversas autoridades da Capitania (1797-1809), p. 30-30v.

²⁹ *Ídem*, p. 31.

³⁰ *Ídem*, p. 31-32v.

³¹ *Ídem*, p. 32v.

Ofício encarregava claramente o Ouvidor Francisco de Souza Guerra de Araújo Godinho de ser o responsável pela diligência, e que esta deveria ser realizada *cuja brevidade que lhe for possível*.³² Para tanto, o Ouvidor poderia servir-se de *todos os Officiais de Milícias e Ordenanças que para o referido fim lhe forem necessário* devendo ao final da diligência enviar *huma conta assignada de toda a despeza que se fizer neste caso para ser paga pela Real Fazenda*.³³ Como nos Ofícios anteriores, instruções foram elaboradas para o correto andamento das diligências: as frutas e plantas deveriam ser

*“recolhidas bem maduras, e em dia de sol, que venham nas suas cascas naturaes, ou bainhas, e que sejam recolhidas em sacos de Algodão, com seus nomes e préstimos se o souberem, e que venham em quantidade suficiente de meia quarta pouco mais ou menos.”*³⁴

A permanência de doutor Veloso na Secretaria do Governo dar-se-ia até 26 de julho de 1804 quando o novo Secretário, João José Lopes Mendes Ribeiro, assumiu o cargo.³⁵ Se até este momento doutor Veloso e o horto botânico eram facilmente detectáveis nos documentos da Secretaria, a partir de então as referências de nosso naturalista tornam-se inexistentes ou, quando muito, bastante infrequentes.

Apesar de ter tido uma zelosa administração em seus primeiros anos de vida, na década seguinte – leia-se após o desaparecimento de Joaquim do cenário de Vila Rica – o horto já se via abandonado de modo que não podemos, até o momento, verificar como continuou ou mesmo se continuou a desempenhar as atividades que lhe eram atribuídas. Apenas no final da primeira década do Oitocentos algumas referências esparsas despontariam sobre o espaço em questão. Dos naturalistas, negociantes e clérigos protestantes que transitaram pelas Minas, particularmente por Villa Rica, muitos foram os que registraram dados sobre os jardins e hortas das residências da vila,³⁶ mas poucos foram os que dedicaram algumas linhas ao horto botânico. John Mawe, o negociante

³² Provavelmente, Ouvidor da vila de Mariana. Em 1789 Araújo Godinho exercia a advocacia naquela vila. In: ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Espelho de cem faces: o "universo relacional" de um advogado setecentista*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, p. 163. Além do curso de Direito, formou-se em Matemática, em Coimbra, em 1778 e 1779, respectivamente. In: MORAIS, Francisco. *Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872)*. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 62, 1940, p. 163.

³³ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Secretaria Governo da Capitania, Seção Colonial - SC 277, Registros de cartas do Governador a várias autoridades e destas ao mesmo. 1797-1803, p. 17, 17v e 18.

³⁴ *Idem*, p. 17, 17v e 18.

³⁵ BOSCHI, Caio. *Exercícios de Pesquisa histórica...* p. 95.

³⁶ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 340 e 341.

inglês, em seu diário não deixou de escrever acerca dos jardins de Vila Rica, surpreendendo-se com um em especial, que Carrato acredita ser nosso horto.³⁷

Apenas em 1825 passamos a ter algumas notícias mais consistentes daquele estabelecimento científico, quando de sua reinauguração.³⁸ No entanto, em vez de “horto”, passou a ser denominado como “Jardim Botânico.” Suas instalações também foram transferidas. Da Rua de São José, no centro da cidade, passou a ocupar instalações no morro do Passa Dez, a *uma milha do centro*.³⁹

Neste novo recorte histórico, já talvez totalmente desvencilhado da memória de seu fundador, o Jardim Botânico de Ouro Preto assumiria definitivamente um papel pragmático quanto à sua função econômica e comercial. Naquele local, em vez de serem cultivadas espécies exóticas ou outras que até então despertavam o interesse dos naturalistas, passaram a ser cultivados exemplares que poderiam atender às demandas econômicas da cidade e da Província.

Em 1830, uma nova ampliação fora comandada por Fernando Antônio Pereira de Vasconcelos e no decurso dessa mesma década o naturalista George Gardner dava notícias dessa instalação, declarando-a como responsável pela *propagação de plantas exóticas úteis* que eram *distribuídas grátis* a quem as pedisse. Gardner não deixou de anotar que as plantas mais cultivadas naquele local eram o chá, cultivado em *apreciável quantidade, a canela, a jaca, a árvore do pão* [fruta pão], e *a manga*, dentre outras,⁴⁰ reforçando uma nova perspectiva de que o antigo horto faliu enquanto científico e renasceu possuidor de uma nova vertente utilitária.

José Pedro Xavier da Veiga, que lançou notas em suas *Ephemérides Mineiras* sobre a memória do antigo horto e jardim, bem lembrou uma legislação datada de 1840, a qual criava dentro das instalações do jardim uma escola prática de regras de agricultura com a intenção de promover melhoramentos na *cultura, na preparação e no fabrico do chá*, dispondo ainda sobre a criação de uma escola interna que seria destinada sobretudo a órfãos pobres. Este autor legou também certos comentários sobre as atividades passadas que ali se restringiam, segundo suas palavras, a produção de *seis*

³⁷ CARRATO, José Ferreira. “Uma casa portuguesa com horta e jardim”. In: *Revista de Guimarães*, 81, Jan.-Jun., 1971, p. 220.

³⁸ HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. “História natural nas Minas Gerais Setecentistas”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage & VILLALTA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas*, vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 215.

³⁹ GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 329.

⁴⁰ *Ídem*, p. 329. Ainda hoje, alguns moradores de Ouro Preto evocam a memória de seus antepassados que atribuíam o cultivo do chá a imigrantes chineses, o que não deixa de ser uma futura possibilidade de pesquisa.

a oito arrobas de chá, outras tantas de cera e mais alguma ceda, produzida na plantação de amoreiras.⁴¹ Após este período, novamente há um silêncio documental, seja do jardim, seja na nova escola agrícola; silêncio este que seria quebrado apenas na década de 1860 com novas informações de Richard Burton de que o jardim teria sido arrendado a um particular pelo valor de 200\$000 reis.⁴²

Apesar do horto e jardim botânico de Ouro Preto se apresentar como um tema pouco concorrido, principalmente se comparado aos seus congêneres, sobretudo os jardins botânicos do Rio e de Belém, o mote em questão não deixa de ser instigante tanto na historiografia das ciências quanto na econômica, tudo em função do que nos parece ser uma clara divisão das atribuições daquela instituição. Quase que exclusivamente científica, com algumas vias que conduziam ao desenvolvimento econômico em sua primeira fase (da fundação até a sua transferência); e totalmente desenvolvimentista na segunda, voltada ao aprimoramento da agricultura e da indústria de base agrária.

Verifica-se também que a ausência de fontes contínuas apresenta-se como o maior obstáculo para a realização de uma observação mais acurada sobre esta instituição. A inexistência ou subtração momentânea de sua documentação particular nos condiciona, por enquanto, ao garimpo de outras reminiscências que tragam luz aos acontecimentos que permearam seus primeiros anos de vida. Verdaderamente desejável seria a localização de livros de tombo, inventários de bens, mapas botânicos ou quaisquer outros documentos que fizessem parte dos registros daquela instituição. Talvez, por isso, não se tenha feito maior alarde acadêmico quando da comemoração de 200 anos de criação do horto botânico de Villa Rica.

Em junho de 2008, o horto botânico de Ouro Preto foi mais uma vez reinaugurado, agora em seu primitivo local, sob o nome de Horto dos Contos.

REFERÊNCIAS

1) Documentos

1.1) Manuscritos

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO-ACL-N-Minas Gerais, Número do Catálogo 9950, Caixa 126, Doc. 48, Código 10077, 1787.

⁴¹ VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemérides Mineiras* (1664-1897). Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, vol. 1, 1897, p. 416.

⁴² BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 428.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO-ACL-N-Minas Gerais, Número do Catálogo 10899, Caixa 143, Doc. 67, Código 10968. Vila Rica, 1799.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO-ACL-N-Minas Gerais, Número do Catálogo 11495, Caixa 153, doc. 36, Código 14236, 1800.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Fundo Casa dos Contos. Caixa 18, Rolo 506, documento 10367. Lista do cálculo da despesa da Real Fazenda com a exploração e estabelecimento do Jardim botânico de Ouro Preto.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Secretaria Governo da Capitania, Seção Colonial - SC 269. Livro de Registro de Cartas, Ordens Régias e Avisos, 1795-1802.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Secretaria Governo da Capitania, Seção Colonial - SC 276. Livro de Registro de Ofícios do Governador às Secretarias de Estado, 1799.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Secretaria Governo da Capitania, Seção Colonial - SC 277, Registros de cartas do Governador a várias autoridades e destas ao mesmo, 1797-1803.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Secretaria Governo da Capitania, Seção Colonial - SC 279, Registros de Cartas, Ordens e Portarias do Governador a Diversas autoridades da Capitania, 1797-1809.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Secretaria Governo da Capitania, Seção Colonial - SC 283, Rolo 59, Gav. G-4, Originais de Cartas Régias e Avisos, 1798.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Secretaria Governo da Capitania, Seção Colonial - SC 290. Originais de Cartas Régias e Avisos, 1800.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Fundo Secretaria Governo da Capitania, Seção Colonial - SC 295. Originais de Cartas Régias e Avisos, 1801.

1.2) Impressos

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

MORAIS, Francisco. *Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872)*. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 62, 1940.

2) Bibliografia

- ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Espelho de cem faces: o "universo relacional" de um advogado setecentista*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2004.
- BOSCHI, Caio. *Exercícios de Pesquisa histórica*. Belo Horizonte, Editora PUC Minas, 2011.
- CARRATO, José Ferreira. “Uma casa portuguesa com horta e jardim”. *In: Revista de Guimarães*, 81, Jan.-Jun., 1971.
- HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. “História natural nas Minas Gerais Setecentistas”. *In: RESENDE, Maria Efigênia Lage & VILLALTA, Luiz Carlos. As Minas Setecentistas*, vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007.
- SANJAD, Nelson. “Os jardins botânicos luso-brasileiros”. *In: Revista Ciência e Cultura*, vol. 62, nº 1, 2010.
- VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemérides Mineiras (1664-1897)*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, vol. 1, 1897.